



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de agravo na apelação n. 297.798-4**

Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A  
Agravado: Merandolina Maria da Conceição  
Relator: Des. Eduardo Sertório

**EMENTA**

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - DANO MORAL IN RE IPSA - CONDENAÇÃO FIXADA EM R\$ 5.000,00 - RAZOABILIDADE - RECURSO IMPROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência pacífica do STJ, o dano moral é presumido em casos de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito.
2. O montante de R\$ 5.000,00 é razoável, tendo sido adotado diversas vezes pelo STJ, em casos semelhantes.
3. Recurso de agravo a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo n. 297.798-4, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso de agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que integram este julgado.

Recife, 26.5.13

**Eduardo Sertório**  
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

11a  
c

**Recurso de agravo na apelação n. 297.798-4**

Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A  
Agravado: Merandolina Maria da Conceição  
Relator: Des. Eduardo Sertório

**RELATÓRIO**

**Merandolina Maria da Conceição** ajuizou Ação de Indenização por Danos Morais c/c Desconstituição de Débito contra o **Banco Santander (Brasil) S/A**, em razão de descontos indevidos em seu benefício previdenciário, oriundos de contrato de empréstimo supostamente contraído em seu nome. Requereu, além da verba indenizatória, a devolução dos valores irregularmente subtraídos.

**Sentença proferida pela 1ª Vara Cível da Comarca de Afogados da Ingazeira (fls. 50/55):** julgou **procedente** o pedido da autora para condenar o Banco Santander a: **a)** cancelar o contrato de empréstimo; **b)** restituir em dobro as parcelas descontadas indevidamente da conta da autora; e **c)** pagar a Merandolina indenização no valor de R\$ 5.000,00, "a título de danos morais"; tudo com os acréscimos da correção monetária, a partir da sentença e de juros de 1% ao mês, a partir de evento danoso.

**Ônus sucumbenciais:** pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no valor de R\$ 500,00 (CPC - arts. 20, § 3º e 4º).

**Apelação do Banco Santander (fls. 58/81): Sem preliminares. No mérito,** pugna em síntese, pelo **afastamento da condenação** de indenização por danos morais, **pela ausência destes**, subsidiariamente, pela **redução do quantum** fixado a título de indenização, bem como pelo **afastamento da condenação de restituição em dobro das parcelas**.

**Contrarrazões de Merandolina Maria da Conceição (fls.90/92):** pugna pelo improvimento do apelo do Banco Santander.

**Decisão terminativa (fls. 100/102):** esta Relatoria negou seguimento ao recurso, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC.

**Recurso de agravo do Santander (fls. 105/111): Sem preliminares. No mérito,** requer o provimento da apelação pelo Colegiado. Em síntese, alega inexistirem provas do dano moral.

É, no essencial, o relatório. Feito fora de pauta.

Recife, 26.5.13

Eduardo Sertório  
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

120

**Recurso de agravo na apelação n. 297.798-4**

Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A

Agravado: Merandolina Maria da Conceição

Relator: Des. Eduardo Sertório

**VOTO**

O Santander requer o provimento da apelação pelo Colegiado. Em síntese, alega inexistirem provas do dano moral.

Contudo, não merece prosperar o pleito do Banco. Sendo assim, a decisão não merece ser retratada. Por conseguinte, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, verifico ter a decisão monocrática examinado todos os pontos ora levantados neste recurso de agravo. Por oportuno, transcrevo a decisão terminativa:

**Merandolina Maria da Conceição** foi surpreendida com descontos de valores em seus proventos, relativos a um suposto empréstimo consignado, contrato nº. 164107576, no valor de R\$ 5.798,55, em 60 parcelas de R\$ 186,00 (fl. 03). No entanto, afirma jamais tê-lo contraído junto ao banco requerido (fl. 02).

O juiz monocrático julgou procedente o pedido da autora para determinar a restituição em dobro das parcelas indevidamente descontadas, bem como condenar o Banco a pagar ao recorrido indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00.

O Banco Santander se insurge contra a sentença monocrática, pugnando pela sua reforma, no sentido de julgar improcedente a demanda, ou minorar o valor da indenização por danos morais e /ou modificar a restituição dos valores para serem descontados na forma simples.

**Quanto ao dever de indenizar do banco apelado, nada há a ser modificado.**

De logo, inexistindo qualquer elemento de prova a indicar relação jurídica entre as partes, cabia ao banco comprovar que o contrato de empréstimo teria sido contraído por Merandolina.

Logo, não resta dúvida de que a responsabilidade pela reparação dos danos morais recai sobre a instituição financeira, nada obstando, contudo, possa proceder regressivamente contra a pessoa efetivamente responsável pela fraude. (STJ, Ag 1191278, Relator: Ministro Massami Uyeda, DJ: 11/11/2009)

Nesse sentido ter entendido o TJDF:

**CONSUMIDOR. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. CONCESSÃO DE CRÉDITO. QUANTIA NÃO CREDITADA. DESCONTO INDEVIDO EM FOLHA DE PAGAMENTO. RESTRIÇÃO DE CRÉDITO IRREGULAR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA.**

**DANOS MORAIS IN RE IPSA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. (...)** 3. (...) O RÉU, APESAR DE CONFIRMAR A EXISTÊNCIA DO EMPRÉSTIMO, NÃO COMPROVOU O DEPÓSITO DOS VALORES EM FAVOR DO AUTOR, OU SEJA, NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS DE COMPROVAR FATO MODIFICATIVO, IMPEDITIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR (ART. 333, INCISO II, DO CPC). A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA TEM O DEVER JURÍDICO DE ACAUTELAR-SE QUANTO À CORRETA IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR DE EMPRÉSTIMO, SOBRETUDO QUANDO A SUA POLÍTICA ADMINISTRATIVA PÔE EM RISCO DIREITO DE TERCEIRAS PESSOAS. IRRELEVANTE, PARA A RESPONSABILIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, QUE PREPOSTOS DA RECORRENTE NÃO TENHAM PRATICADO OS ATOS DE QUE RESULTOU A FRAUDE SE PREPOSTOS DE OUTROS INTEGRANTES DA CADEIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AGIU COM CULPA. SOLIDARIEDADE QUE SE RECONHECE. (...) (57523220108070001 DF 0005752-32.2010.807.0001, Relator: ASIEL HENRIQUE, Data de Julgamento: 15/02/2011, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: 21/02/2011, DJ-e Pág. 280) (Sem destaques no original)

No que concerne à prova do dano moral sofrido, este é evidente, haja vista o fato de a redução desmotivada dos proventos de Merandolina constituir circunstância capaz de ensejar o comprometimento da sua subsistência, ante a natureza alimentar da verba.

Neste sentido confira-se:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL - FRAUDE NA CONTRATAÇÃO - DESCONTO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO - PROVENTOS DE APOSENTADORIA - (...)**

2. O dano moral se considera perpetrado pelo desconto e consequente perda repentina de valores à subsistência do aposentado, sem qualquer lastro contratual ou dívida que a consubstancie. Em se tratando de dano moral puro prescinde de prova, podendo ser definido como a lesão ao patrimônio jurídico materialmente não apreciável de uma pessoa. (...). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PRÓVIDO. (TJPR, AC 7398578 PR 0739857-8, 9ª Câmara Cível, Relator: Rosana Amara Girardi Fachin, DJ: 26/05/2011) (Sem destaques no original)

No que toca à restituição em dobro, também não merece reforma requerida pelo Santander, pois, a devolução é devida, e em dobro, como bem fundamentou o juiz singular, uma vez que a mesma não foi realizada com respaldo em contrato celebrado.

Nesse sentido tem entendido os tribunais:

O TJRJ:

**APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZATÓRIA. EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. RELAÇÃO JURÍDICA INEXISTENTE. DESCONTO INDEVIDO EM CONTRACHEQUE. VERBA ALIMENTAR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. ART 42 DO CDC. DANO MORAL CONFIGURADO. (...)** 2. Não tendo o autor contratado o empréstimo consignado ou autorizado o desconto diretamente em seu contracheque, resta caracterizada a falha na prestação do serviço, não podendo o consumidor por equiparação, assim considerado, por que vítima de ato de terceiros, cuja ação foi facilitada pela má prestação de serviços, ser responsabilizado pelas consequências negativas da indevida operação financeira. 3. O desconto indevido em contracheque atingiu verba de natureza alimentar, comprometendo, portanto, o sustento do consumidor, o que, por si só, ultrapassa o simples aborrecimento decorrente dos

embates da vida cotidiana, configurando os danos morais reclamados, impondo ainda a devolução em dobro, nos termos do art. 42 do CDC, não se tratando de engano justificável. (...) (171012420098190004 RJ 0017101-24.2009.8.19.0004, Relator: DES. ELTON LEME, Data de Julgamento: 01/08/2012, DECIMA SETIMA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 07/08/2012) (Sem destaques no original)

O TJSP:

Ação de obrigação de fazer cumulada com repetição de indébito e indenização por danos morais com pedido de antecipação de tutela. Empréstimo consignado contestado. Direito do consumidor. Fato de terceiro. Falha na prestação do serviço. Dano moral e material. Restituição em dobro dos valores indevidamente descontados. Inteligência do artigo 42, parágrafo único do CDC. Autor que não autorizou o empréstimo consignado, caracterizando-se a falha na prestação do serviço, não podendo o consumidor ser responsabilizado pelas consequências negativas da indevida operação financeira. Dano moral. Desconto indevido de valores em benefício previdenciário, constitui, por si só, fato ensejador de dano moral. Mantido o valor da indenização por danos morais. Recurso improvido. 42 parágrafo único CDC (9000429672008826 SP 9000429-67.2008.8.26.0506, Relator: José Joaquim dos Santos, Data de Julgamento: 11/10/2011, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/10/2011) (Sem destaques no original)

Dessa forma, os valores a serem ressarcidos devem ser feitos na em dobro, devidamente corrigidos, na conta de Merandolina.

No tocante ao valor fixado, o Banco Santander pugna pela redução.

Para quantificação da indenização por danos morais devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor, d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado.

De acordo com a teoria do risco profissional, cabe ao banco arcar com os ônus de seu exercício profissional, devendo responder pelos danos causados a clientes e a terceiros, pois são decorrentes da sua prática comercial lucrativa.

Dessa forma, se a instituição financeira obtém lucros com a atividade que desenvolve, deve, de outra parte, assumir os riscos a ela inerentes (STJ, REsp 1093617/PE, T4, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, DJ: 17/03/2009).

Mais: observadas as peculiaridades da hipótese em análise, não é cabível o pedido de redução do quantum indenizatório. O valor condenatório originalmente fixado em R\$ 5.000,00 não discrepa do entendimento dominante da jurisprudência do STJ e demais Cortes, como exemplificam os acórdãos abaixo ementados:

O STJ:

CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIO. INDENIZAÇÃO FIXADA EM PARÂMETRO RAZOÁVEL. RECURSO ESPECIAL. DESCABIMENTO. (STJ, AgRg no Ag 1367362/RJ, T4, Relator: Ministro Aldir Passarinho Junior, Data de Julgamento: 22/03/2011) Valor fixado: R\$ 8.000,00. (Sem destaques no original)

O TJSE:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE IMPORTÂNCIA C/C DANOS MORAIS. APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO REALIZADO POR TERCEIRO, MEDIANTE FRAUDE. DESCONTO EM FOLHA DE APOSENTADORIA DO SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CAUSANDO-LHE DEDUÇÕES DAS PARCELAS MENSAS. COBRANÇA INDEVIDA. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE NAO COMPROVOU A REALIZAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO ENTRE AS PARTES. (....) (2011214567 SE, Relator: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, Data de Julgamento: 16/04/2012, 2ª.CÂMARA CÍVEL)(Sem destaques no original)**

O TJRS:

**APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. CONTRATAÇÃO FEITA POR FALSÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. (....)**

**5. Quantum indenizatório que atendeu aos parâmetros precitados, razão pela deve ser mantido em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). (70046932612 RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Data de Julgamento: 28/03/2012, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/04/2012) (Sem destaques no original)**

O TJSP:

**PROCESSO- Interesse de agir - Artigo 267, inciso VI, do CPC - Tem o mutuário de Banco direito a ajuizar ação de indenização por supostos danos morais - Não existe necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado da ação declaratória, posto que a r. decisão interlocutória encontra-se coberta pelo manto da preclusão processual -Preliminar de falta de Interesse de agir repelida. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - Lei nº 8.078, de 11.9.90 - Empréstimo bancário - Aplicabilidade - Inversão do ônus da prova determinada, ex officio - Possibilidade - O tomador de empréstimo é consumidor para os efeitos do Código de Defesa do Consumidor - Súmula nº 297 do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Recurso não provido. DANOS MORAIS - Contrato de conta corrente - Mutuário que percebendo que foram realizadas operações financeiras e contratação de empréstimos fraudulentos (...) Culpa dos prepostos do Banco pela má prestações dos serviços bancários (art. 14, CDC)- Inexistência de prova no sentido de culpa exclusiva do correntista -Danos morais existentes e ocorrentes - Danos morais já arbitrados razoavelmente e de forma eqüitativa em R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), corrigidos (...) (990100666444 SP, Relator: Paulo Hatanaka, Data de Julgamento: 27/07/2010, 19ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/09/2010) (Sem destaques no original)**

E mais:

**Ação de indenização por danos morais. Contratação fraudulenta de empréstimo consignado em nome da autora. Culpa do banco requerido, na modalidade de negligência, reconhecida. Dano moral. Configuração. Desassossego anormal experimentado pela autora, com a quebra da sua rotina em razão dos fatos. Valor da indenização (R\$-10.000,00). Suficiência. Sentença mantida. APELO IMPROVIDO. (994093243826 SP, Relator: Donegá Morandini, Data de Julgamento: 27/04/2010, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/05/2010) (Sem destaques no original)**

122  
1

Portanto, mantenho em R\$ 5.000,00 a indenização por danos morais.

Assim sendo, consideradas as peculiaridades do caso em análise, os princípios e os precedentes jurisprudenciais retromencionados, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao apelo do Banco Santander, mantendo-se a sentença monocrática nos demais termos.

Aproveito o ensejo para reproduzir julgados do Superior Tribunal de Justiça, dispensando a prova do dano moral no caso de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO DO NOME DO DEVEDOR EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. DANO MORAL. PRESUNÇÃO. POSSIBILIDADE. DIMINUIÇÃO DA INDENIZAÇÃO. INVIABILIDADE. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO QUANTUM.

**1. O dano moral decorrente da inscrição irregular do nome de devedor em órgão restritivo de crédito configura-se in re ipsa, ou seja, é presumido e não precisa de prova.**

**2. Quando o valor arbitrado a título de danos morais não se mostra irrisório ou exorbitante, hipóteses que permitem a intervenção do STJ, a revisão do quantum encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.**

**3. Agravo regimental desprovido.**

(AgRg no AREsp 147.214/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 28/06/2013) (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIZAÇÃO DO AGRAVANTE. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. SÚMULA 283 DO PRETÓRIO EXCELSO. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

**1. A ausência de impugnação, na petição de recurso especial, de tema essencial e autônomo do acórdão recorrido inviabiliza o conhecimento do mérito recursal, ante o óbice da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido da desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato da inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito, operando-se in re ipsa.**

**3. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Desse modo, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de reparação moral em razão de negativação indevida do nome do agravado, motivo pelo qual não se justifica a excepcional intervenção desta Corte no presente feito, como bem consignado na decisão agravada.**

**4. É vedado à parte inovar nas razões do agravo regimental, tendo em vista a ocorrência da preclusão como consequência de a questão não ter sido tratada oportunamente em sede de recurso especial.**

**5. Agravo regimental a que se nega provimento.**

(AgRg no AREsp 299.836/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 11/06/2013) (original sem destaques)

Por fim, não se vislumbra excesso no *quantum* de R\$ 5.000,00, arbitrado em sentença. Diversas vezes, o STJ já reconheceu a razoabilidade de tal quantia. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. REVISÃO DO VALOR. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se constata violação ao art. 535 do CPC quando a col. Corte de origem dirime, fundamentadamente, todas as questões suscitadas em sede de apelação cível e de embargos declaratórios. Havendo manifestação expressa acerca dos temas necessários à integral solução da lide, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte, fica afastada qualquer omissão, contradição ou obscuridade no julgado.

2. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral deduzido em desfavor da agravante, haja vista a inscrição indevida do nome da agravada nos cadastros de proteção ao crédito.

3. A revisão do valor fixado a título de danos morais somente é possível em sede de recurso especial no caso em que o quantum for exorbitante ou ínfimo. Fora dessas hipóteses, incide a Súmula 7 do STJ, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

**Nota: Indenização por dano moral: R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).**

(AgRg no AREsp 81.599/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 07/05/2013) (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIO - DANOS MORAIS - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.

1.- A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto à existência de dano moral indenizável, decorreu da análise das circunstâncias fáticas peculiares à causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

2.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratológico, por irrisório ou abusivo.

3.- Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que foi fixado o valor de indenização em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devido pelo ora Agravante ao autor, a título de danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito realizada em virtude de emissão de cheques sem provisão de fundos por falsário.



123  
4.- Com a edição da Súmula 479 deste Tribunal, a Segunda Seção desta Corte pacificou entendimento no sentido de que as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

5.- O Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

6.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 259.829/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 01/03/2013) (original sem destaques)

Portanto, deve ser mantido não apenas a obrigação de indenizar, como também a quantia arbitrada em R\$ 5.000,00.

Face ao exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão terminativa em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 26.9.13  
  
**Eduardo Sertório**  
Desembargador Relator